



REVISÃO DAS CARREIRAS ESPECIAIS DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

A MONTANHA PARIU UM RATO!

No passado dia 7 de março, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSFPS – reuniu com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF), estiveram presentes por parte da AT - Autoridade Tributária e Aduaneira, a Diretora Geral, o Subdiretor Geral da área da Gestão dos Recursos Humanos e a Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos e ainda uma representante da DGAEP.

O SEAF começou por apresentar o projeto de decreto lei relativo à revisão das carreiras especiais da Autoridade Tributária e Aduaneira, referiu que o projeto representa “o mínimo denominador comum” das propostas que foram apresentadas pelos representantes dos trabalhadores nas reuniões que tiveram lugar na fase pré-negocial.

No que respeita à posição desta Federação nas ditas reuniões da fase pré-negocial, não consideramos que esta proposta contenha nesse tal “denominador comum”, qualquer traço das ideias que então expusemos e que continuamos a defender.

Relativamente à proposta apresentada, a Federação considera que a mesma é um projeto incompleto, não apresenta qualquer referencia aos conteúdos funcionais das categorias, o que é determinante para se perceber a consistência da proposta, nem apresenta qualquer indicação sobre a matriz das posições remuneratórias, razões que levam a Federação a considerar que esta proposta não defende os interesses dos trabalhadores, nem responde de forma positiva às suas legítimas expectativas.

É um projeto incompleto porque não apresenta qualquer referência àquelas matérias que esta Federação considera determinantes:

A Federação reafirmou a posição que defende deste o início deste processo negocial e transmitiu ao SEAF como teria sido diferente o conhecimento sobre este processo se tivesse acontecido uma **auditoria externa de avaliação** à fusão que levou à criação da AT.

A Federação reiterou a sua posição de estar **frontalmente contra a fusão das carreiras da área aduaneira e tributária**, bem assim contra a intenção da criação de carreiras subsistentes, e a consequente extinção do grau de complexidade funcional de nível 2, o que deixaria uma parte muito relevante dos trabalhadores, em especial das áreas operacionais das AT, sem quaisquer perspetivas de carreira.

No projeto apresentado, o Governo defende a fusão das carreiras da área aduaneira e tributária e recusa liminarmente a criação de categorias profissionais de grau de complexidade funcional de nível 2 nestes grupos de pessoal.

Quanto aos suplementos, a Federação defende, como sempre defendeu, que os **suplementos devem fazer parte integrante do salário**, situação que facilitaria a transição para TRU – Tabela Única Remuneratória, pois considera que as regras de transição devem ser claras e inequívocas, de modo a não serem criadas nem perpetuadas injustiças.

O texto apresentado de projeto de decreto-lei não contempla a proposta de integração dos suplementos no vencimento, posição que a Federação sempre defendeu.

Perante esta posição intransigente do Governo prevê-se um processo de transição complexo e por isso gerador de conflito.

A Federação reafirma a exigência da reposição **do vínculo de nomeação definitiva** para todos os trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira, atendendo que desempenham funções de soberania fiscal e aduaneira que são funções essenciais do Estado e existe uma autoridade delegada do Estado, na instituição, pelo que não será por acaso que se denomina Autoridade Tributária e Aduaneira.

A posição defendida pelo Governo relativamente à modalidade do vínculo, é a manutenção da situação de contrato de trabalho em funções públicas, o que contraria a posição da Federação.

A Federação defende de modo repetido que a AT - Autoridade Tributária e Aduaneira, tendo em consideração as funções que desempenha no dia a dia, de controlo da fronteira externa da União Europeia, em áreas como a criminalidade transnacional organizada, a defesa do ambiente, da saúde pública, da propriedade intelectual, num trabalho permanente de verificação, inspeção e investigação, deverá ter poderes de autoridade e desse modo considerada **Órgão de Polícia Criminal**.

Sobre esta matéria, a proposta do Governo é propositadamente omissa.

A Federação considera que a revisão das carreias especiais da AT é um assunto sério, muito sério, deverá ser um exercício de sentido positivo e intelectualmente honesto, assumido por todas as partes envolvidas: Governo, Sindicatos e Trabalhadores e não uns jogos florais de muito mau gosto.

A Federação considera como **assunto prioritário a abertura de concursos** de promoção para todos os trabalhadores da AT, estes processos não devem ser tolhidos por argumentos de restrições orçamentais, devem abranger todos os trabalhadores das várias carreiras gerais e especiais que estejam em condições de ser promovidos, independente da categoria em que estão posicionados

A Federação estará na primeira linha e defenderá como decisivo para os trabalhadores das carreias especiais da AT que este processo seja obrigatoriamente concluído e **não aceitará em momento algum que a revisão das carreias especiais da AT, venha atropelar estes processos concursais** que representam na prática a efetiva valorização salarial dos trabalhadores da AT.

Prioridade à realização dos Concursos de Promoção e Progressão para todos os Trabalhadores.

Nenhum trabalhador pode ser prejudicado!

Não permitiremos que ninguém fique para trás!

**TEMOS QUE ESTAR UNIDOS NA DEFESA DOS
NOSSOS DIREITOS!**

MANTÉM-TE INFORMADO!

SINDICALIZA-TE!

SINDICALIZA-TE  **no STFPSCentro**
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização

